

1. RATIFICAÇÃO DO DESPACHO RELATIVO A REUNIÕES ORDINÁRIAS DO ÓRGÃO DO EXECUTIVO – AUTARQUIAS LOCAIS – ADAPTAÇÃO À LEI Nº -1-A/2020:

2. Submete-se para ratificação a proposta datada de 19 de março de 2020, relativa a reuniões ordinárias do órgão do executivo – Autarquias Locais – adaptação à Lei Nº -1-A/2020.

DESPACHO

Reuniões ordinárias Órgão Executivo Autarquias Locais – Adaptação à Lei n.º 1-A/2020

1. Em sua reunião de 23 de outubro de 2017 a Câmara Municipal aprovou proposta respeitante à periodicidade e ao funcionamento das reuniões de Câmara, em cumprimento do estabelecido nos artigos 40º e seguintes da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, tendo ficado aprovado que as reuniões ordinárias da Câmara Municipal são públicas.
2. Todavia, tendo em atenção a pandemia provocada pelo novo coronavírus, temos assistido a uma constante publicação de medidas excecionais e diplomas legais, tendo sido inclusivamente declarado o estado de emergência através do Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março.
3. Neste contexto, foi publicada a Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, que aprovou medidas excecionais e temporárias e de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID -19, e que prevê, no seu art.º 3.º, disposições sobre o funcionamento dos órgãos do poder local.
4. Nos termos do n.º 1 deste artigo, as reuniões dos órgãos executivos das autarquias locais previstas para os meses de abril e maio podem realizar-se até 30 de junho de 2020, prevendo o n.º 2 que a obrigatoriedade da sua realização pública fica suspensa até à mesma data.
5. Por fim, nos termos do n.º 3, e sem prejuízo do que referem os dois números anteriores do mesmo artigo, até 30 de junho de 2020 podem as mesmas reuniões ser realizadas por

videoconferência ou outro meio digital, desde que haja condições técnicas para o efeito.

Nestes termos, proponho que as reuniões ordinárias da Câmara, passem a ser não públicas, como resulta da referida norma, pelo período de tempo em questão, e realizadas através de videoconferências.

Considerando a urgência desta medida, aprovo a presente proposta, submetendo-a a ratificação na próxima reunião de executivo municipal, nos termos do artigo 35.º n.º 3 da referida Lei 75/2013.

Braga, 19 de março de 2020

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

